



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 72.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzato e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (33). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Renato Adur e Sabino Campos (21).

Verificada a existência de número legal, Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para discussão e votação do Projeto de Lei nº

225/90 de sua autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS, MORADORES E AMIGOS DOS BALNEÁRIOS GRAJAÚ E LEBLON.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para discussão e votação do Projeto de Lei nº 201/90 de sua autoria, que visa declarar de Utilidade Pública a IGREJA BATISTA EM QUATRO BARRAS.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para apreciação do Projeto de Lei nº 198/90 de sua autoria, que inclui a categoria funcional de Museólogo, Padrão I, no Plano de Classificação de Cargos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, a inclusão na ORDEM DO DIA em regime de URGÊNCIA, do Projeto de Lei 399/90, que altera as divisas e confrontações do Município de Honório Serpa, criado "ad-referendum", pela Lei nº 9184, de 08.01.90.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2124

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja anexado o Projeto de Lei n° 422/90, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo ao Projeto de Lei n° 333/89, de autoria do Deputado subscritor, por tratarem de matéria similar.

Requer, ainda, a inclusão do Projeto de Lei n° 333/89, em Ordem do Dia, para apreciação e discussão, em REGIME DE URGÊNCIA.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 422/90, do Deputado Rafael Greca pretende declarar de Utilidade Pública a Associação "Alírio Pfiffer" de Apoio ao Transplante de Medula Óssea. Exatamente o sentido que tem o Projeto de Lei n° 333/90, de autoria deste Parlamentar.

Nestes casos, reza o Regimento Interno, que o projeto com data posterior seja anexado ao primeiro a requerimento de qualquer Deputado.

Em sendo o Projeto de Lei n° 333/89, mais antigo (21.11.89) deve receber como anexo o Projeto de Lei n° 422/90 (06.08.90). que tramita a menos de um mês nesta Casa.

REQUERIMENTO N° 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 455/90, que objetiva alterar, a partir de 1° de setembro de 1990, a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, instituída pela Lei n° 9.126, de 26 de março de 1990, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e pare-

cer ao Projeto de Lei n° 441/90, que fixam os níveis de vencimentos dos cargos em Comissão da Administração Direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 440/90, sobre as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n° 7424 de 17.12.80, bem como dos salários do Pessoal Regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 438/90, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a partir de 1° de setembro de 1990.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 439/90, que dispõe sobre a gratificação do Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 439/90 (Mensagem n° 154/90), que trata de vencimentos do pessoal da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 452/90, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 148/90, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra-FGT, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 451/90, e do Projeto de Resolução n° 101/90, que respectivamente, cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de PRADO FERREIRA, desmembrado de Mirassolva, e autoriza a realização de plebiscito naquela localidade para que a sua população se manifeste sobre a criação do Município.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO N° 2118

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, que esta Casa se associe à Nação brasileira, num voto de profundo pesar pelo falecimento do Senador Afonso Arinos de Mello Franco, ocorrido ontem.

O Senador Afonso Arinos, que desaparece aos 84 anos, fazia parte de uma elite intelectual e política que honra a vida pública deste país tão escasso de valores altaneiros. Aliás foi a altaneira mineira, que ele trouxe dos seus verdes anos, da formação ao lado de vultos como Virgílio Franco, Magalhães Pinto e Olegário Maciel que Afonso Arinos hauriu o espírito de sobranceira com que marcaria sua presença na política do Brasil contemporâneo.

Em sua longa carreira, Afonso Arinos foi Deputado Federal, Ministro das Rela-

ções Exteriores e Senador da República, tendo se destacado por iniciativas como a lei contra a discriminação racial, a coordenação da Comissão de Notáveis que realizou os estudos iniciais para a atual Constituição, e pela implantação do voto dos menores a partir dos dezesseis anos. Mas ele se destacou sobretudo pela defesa intransigente do sistema parlamentarista, que se não logrou ver realizado, lega aos pósteros como a solução ideal para a consolidação da democracia recém-conquistada em nosso País.

Por isso requeremos que a Casa se manifeste perante o Senado Federal, associando-se ao luto de todos nós pela perda tão irreparável de Afonso Arinos.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor LUIZ SCARAMELLA, ocorrido dia 24.08.90, em União da Vitória.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, faleceu dia 24 de agosto último, o Senhor Luiz Scaramella com a idade de 69 anos.

O extinto deixou viúva dona IRENE, 3 filhos e 3 netos.

Luiz Scaramella era membro de tradicional família de União da Vitória, era irmão do saudoso Deputado Domício Scaramella.

O passamento do amigo Luiz Scaramella, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizades.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de benções a cada um de seus filhos: sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Luiz.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Scaramella, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforme.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar, pelo falecimento dos jovens GELSON LUIZ CAPELLI e IVONE CHIAMULERA, ocorrido no último dia 23 de agosto de 1990.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Dinamismo, trabalho, liderança; estas virtudes timbraram a breve existência de Gelson e Ivone, e o trágico desaparecimento destes jovens eméritos deixa em todos aqueles que tiveram o privilégio da sua convivência, um grande vazio e a sensação de que, de alguma forma, foram roubados.

Entretanto, o exemplo de amor ao próximo e a representação e liderança resultantes de uma conquista natural, pelo longo tempo de convivência no seio da comunidade jovem e empresarial do Sudoeste, exercidas com humildade e modéstia por Gelson e Ivone, sempre irmanados na determinação de acrescentar às realizações para o bem comum as suas próprias realizações, devem ser o parâmetro para que aceitemos com resignação e respeito, os desígnios do Criador.

Que do presente, sejam científicas as famílias CAPELLI e CHIAMULERA, do município de Pato Branco, Paraná.

REQUERIMENTO N° 2097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aristides Gonçalves Taborda, ocorrido em 16.08.90, p.p.

Tal passamento vem enlutar tradicional família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, ainda, da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Lino Jacomel, 53-Piraquara.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Mendes de Farias, ocorrido em 22.08.90, pp.

Tal passamento vem enlutar tradicional família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua João Edmundo Alber Nesser, 615 - Vila Tingui - Bacacheri, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata na sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor DR. JACIR RIBAS MELZER, de tradicional família de Campo Largo, ocorrido em 15.08. do corrente, naquela cidade.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Senhor LENI PAROLIM MELZER, residente à Rua Generoso Marques, 2013, na cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO N° 2120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa, voto de pesar pelo passamento do ilustre Senador da República, Afonso Arinos de Melo e Silva, ocorrido dia 28.08 próximo passado.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO N° 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. DOMINGOS FORTE, Diretor Presidente da madeireira Miguel Forte de UNIAO DA VITÓRIA, pelo recebimento do título DESTAQUE EMPRESARIAL DO ANO de 1989. "MELHORES e MAIORES da Revista EXAME.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, para que receba e transmita aos demais Diretores e funcionários da empresa.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná goza de grande prestígio e elevado respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos sociais.

Algumas dessas lideranças, mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades, comprovando a

inegável vocação paranaense.

Destaca-se entre estas lideranças o empresário DOMINGOS FORTE, que vem galgando todos os patamares da vida empresarial chegando ao topo do comando de um dos mais importantes grupos econômicos do sul do país, alinhado ao lado dos grandes grupos nacionais: o GRUPO "MIFORTE", que atua em diversificados setores.

A liderança, o tirocínio administrativo e, sem dúvida o alto e reconhecido dinamismo levaram o Sr. DOMINGOS FORTE a comandar suas empresas do ramo madeireiro.

Na atual conjuntura brasileira a outorga de um Prêmio, que significa reconhecimento ao trabalho empresarial, tem uma importância especial porque é no momento de tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do país os empresários desenvolvem um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida, contra as incertezas de um governo que se mostra tanto mais intervencionista quanto inseguro e incapaz, e contra o próprio ceticismo da população. O prêmio "MAIORES e MELHORES" conferido, pela Revista EXAME, a esse verdadeiro dínamo da nossa economia industrial tem o aval de toda a sociedade, porque reflete o reconhecimento de todos quantos admiram o trabalho desenvolvido pelos industriais do Paraná que têm um grande e importante papel não só econômico propriamente dito como também social.

DOMINGOS FORTE, é o paradigma dos nossos homens de negócios, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade. A homenagem prestada pela Revista EXAME, portanto, extensiva a todos os Diretores e funcionários da empresa "MIFORTE" na figura dinâmica, empreendedora de DOMINGOS FORTE, a quem a sociedade muito fica ainda a dever porque é a personalidade dessa tempera que ainda devemos à estabilidade da economia, que tem reflexo na estabilidade social.

A Assembléia Legislativa, por esta manifestação, congratula-se pela feliz escolha e associa-se às homenagens como um reconhecimento amplo a toda a classe empresarial paranaense, em especial ao setor industrial.

Na homenagem a DOMINGOS FORTE toda a classe madeireira deve se sentir também homenageada.

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a consagração de votos de congratulações pela passagem do Dia do Psicólogo, que se

comemora em 27 de agosto de 1990.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente do Conselho Regional de Psicologia, Dr. Eudino Sbardelini, no seguinte endereço: Rua Presidente Taunay, 1360 - CEP 80.410 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 101/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, com vistas à criação do Município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, criado "ad referendum" de plebiscito a realizar-se pela Lei n° 9318, de 11 de julho de 1990, desmembrado de Santa Izabel do Ivaí, com as divisas seguintes:

"Inicia na Foz do Ribeirão Tamanduateí, no Rio Ivaí. Do ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Tamanduateí até o ramal 23, por este até a confluência com o ramal 24, por este até a confluência com o ramal 27, por este até o entroncamento com o ramal 33, segue por este até o seu final, deste ponto em linha reta e seca até o Rio Ivaí, desce por este até a Foz do Ribeirão Tamanduateí, pornto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO IVAÍ

Tem início no cruzamento da Rua Amazonas com a Avenida Mato Grosso. Rua Amazonas até a Rua Pará; Rua Pará até a Rua Rio Grande do Sul; Rua Rio Grande do Sul até o início da quadra 18, fundos dos lotes 14 a 01 da quadra 18, (inclusive), contornando o lote 01 da quadra 18 e pela lateral da quadra 10 (inclusive) até a Avenida Paraná; Avenida Paraná até a quadra 04, contornando a quadra 04 (inclusive) até a Rua São Paulo; Rua São Paulo até a Rua Bahia; Rua Bahia até o final do lote 01 da quadra 01 (inclusive), contornando o lote 01 e pelos fundos dos lotes 01 e 08 da quadra 01 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 04 da quadra 02 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 06 da quadra 06 (inclusive), contornando o lote 06 da quadra 03 (inclusive) até o final da quadra 09, contornando a quadra 09 pela lateral dos lotes 03 a 04 (inclusive) até a Avenida Mato Grosso; Avenida Mato Grosso até a Rua Amazonas, ponto de partida do presente roteiro.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) EDUARDO BAGGIO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 457/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no grupo B, do inciso II, do artigo 23 da Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989, o seguinte item:

Art. 23...

I ...

II Grupo B ...

1 ...

2 ...

3 - Os seguintes produtos cerâmicos:

- Tijolos e telhas de cerâmica para construção;

- azulejos de cerâmica para construção;

- Tubos para canalização de cerâmica;

- Argila para fabricação de produtos cerâmicos;

- Areia."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI Nº 458/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido, na forma de incentivo fiscal, para empresas instaladas no Estado do Paraná, o estímulo à intensificação da produção artístico-cultural, através de investimento ou patrocínio.

§ 1º - O incentivo fiscal estabelecido no "caput" deste artigo consistirá em abater mensalmente até 5% (cinco por cento) do valor do ICMS a ser pago ao Tesouro do Estado.

§ 2º - O abatimento só poderá iniciar-se a partir do terceiro mês da data da realização pela empresa incentivada, do pagamento dos recursos correspondentes ao projeto para a empresa ou produtor cultural e findará quando o total dos abatimentos corresponder ao volume total investido.

§ 3º - São considerados abrangidos por esta lei os projetos de produção cultural nas áreas de música, teatro, dança, circo, ópera, cinema, vídeo, poesia, literatura, informação, documentação, artes plásticas e artesanais.

Art. 2º - Fica vedada a utilização do incentivo fiscal para projetos de auto-promoção das empresas incentivadas.

Art. 3º - Fica obrigado, o produtor ou a empresa cultural, a executar o projeto inicialmente no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Fazenda deverá receber cópia do projeto por

parte da empresa, explicitando os objetivos e recursos envolvidos, para fins de visto e fiscalização posterior.

Art. 5º - Certidão oficial para comprovação do merecimento do benefício por parte da empresa a ser incentivada será expedida pela Secretaria de Estado da Cultura, através das comissões representativas das diversas áreas tratadas nesta lei, já existentes ou formadas para regulamentação da matéria, com composição paritária.

Parágrafo Único - Tal certidão terá validade de 06 (seis) meses.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Cultura atestará, através das comissões elencadas no artigo anterior, que a empresa incentivada realmente realizou o projeto.

Art. 7º - Será multada em 10 (dez) vezes o valor incentivado a empresa que não comprovar a correta utilização do benefício desta lei, por desvio do seu objetivo.

Parágrafo Único - Esta sanção será aplicada a qualquer uma das partes envolvidas no processo de incentivo.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei nasce atrelado à necessidade urgente de criarmos um mecanismo favorável à produção da arte e da cultura.

Sabemos que extinção da Lei Sarney - estímulo fiscal às empresas que investissem e patrocinassem a cultura - desferiu um duro golpe na cultura brasileira. Se mesmo com aquele benefício, a cultura já resistia com dificuldades, sendo levada muito mais pelo envolvimento e amor dos que nela trabalham, o que dizer, então, do seu estado sem qualquer incentivo?

Recentemente temos assistido a concessões de estímulos e isenções variadas, algumas mesmo sem provimento de argumentação palpável.

Tendo o Estado a atribuição de conceder esses benefícios, através da Constituição Federal, deve fazê-lo, sobretudo, como forma de garantir o que a própria Carta o obriga, como incentivar a manifestação e a criação cultural e artística.

Muito se tem discutido, a fim de se encontrar um caminho que indique a abertura de novos horizontes para a cultura. Num dessas discussões, realizada em Gramado durante o Festival de Cinema, ficou paten-

te a necessidade dos Governos Estaduais e Federal assumirem sua responsabilidade com a cultura.

A cultura não pode, no Brasil, continuar sendo tratada a "bofetões", como bem nos parece estar acontecendo. O Paraná, como Estado de grande produção cultural e artística, revelador de grandes potencialidades, deve estar na linha de frente desta luta e esta nos parece uma oportunidade de se fazer isto.

No Rio de Janeiro e também em São Paulo esta concessão de estímulo fiscal, através de abatimentos no ICMS, foi aprovada pelas Assembléias, aguardando a sanção do Executivo.

No Paraná, assim a propomos, após discussão detalhada com o SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÃO NO ESTADO DO PARANÁ (SATED-PR) e ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARTES CÊNICAS DO ESTADO DO PARANÁ (APAC-PR).

Temos ciência de que esta proposta enseja a expectativa de toda a classe artística do Paraná, apreensiva com o "estrangulamento" que, nesta hora, parece se impor à cultura brasileira.

Temos certeza, também, que a presente lei é do mais alto interesse do Parlamento e do Governo do Paraná, porque a cultura do seu povo é peça de elevado valor e interesse - assim esperamos.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 459/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor OZIEL MOURA DOS SANTOS, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Pela contribuição científica, cultural e artística, pela atuação de relevante valor social junto a diversos municípios do Estado, onde patenteou sua ativa defesa dos postulados democráticos, propomos aos nobres colegas a concessão do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao ilustre curitibano Oziel Moura dos Santos, Bacharel em Sociologia Política e Administração Pública, Direitos da Organização de Planejamento Técnico Econômico - PLANEPAR, Diretor da Viajatur Passagem e Turismo, Diretor DA AFROBRAS Exportação e Importação, Cônsul da República do Senegal e Presidente da Sociedade Consular do Estado do Paraná.

HISTÓRICO:

Há vinte e três anos, em 1967, implantou a PLANEPAR, empresa responsável pela elaboração de projetos da Aerofotogrametria; Cadastro Técnico Municipal; Códigos de Obras, de Normas e Tributário; Estudos de Viabilidade Técnico Econômico-Financeiro; Levantamentos Topográficos; Elaboração de Planos Diretores, Projetos Arquitetônicos; Projetos de Água; Esgoto e Galerias de Águas Pluviais; Projetos de Combate à Erosão, entre outros, transformando-se na empresa pioneira a auxiliar o desenvolvimento do Estado do Paraná em todos os aspectos acima mencionados.

A competência do trabalho desenvolvido por esse profissional frente à direção da Planepar, proporcionou o desenvolvimento de centenas de municípios paranaenses, prestando também eficiente assessoria junto às Prefeituras do Paraná, resultando na viabilização de financiamentos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em Guarapuava, região que represento na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Dr. Oziel Moura dos Santos elaborou o Projeto de Água e Esgoto, onde a intervenção junto ao BID, culminou no financiamento do projeto para pagamento num prazo de 18 anos.

A trajetória marcada pela diversificação de atividades, registra a ascensão de técnico altamente capaz. E o desempenho de seu profissionalismo, extrapolou as fronteiras do Paraná e fez com que Oziel Moura dos Santos, transferisse a sua tecnologia para os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, prestando assessoria a mais de uma centena de Municípios.

No Estado paulista desponha a implantação de Planos Diretores em Águas de Lindóia, Jacareí, Pindamonhangaba, Praia Grande, São Vicente e outros: sendo este último apresentado ao então Presidente da República Ernesto Geisel, na presença de mais 4 Ministros. Esse trabalho foi considerado um dos melhores já elaborado no Estado de São Paulo, valendo-lhe o Troféu "ROBALO DE OURO", promovido pelo canal 7/SP, por ter se destacado como o melhor "Planejador", na Baixada Santista, no ano de 1974, em Praia Grande.

Mas a postura de Oziel Moura dos Santos sempre destacou-se perante os demais e graças a sua capacidade foi escolhido para elaborar o maior complexo naval da América Latina, situado em Guarujá.

Procurando aperfeiçoar seus conhecimentos, participou de várias Conferências e cursos no campo social-econômico-cultural/pesquisa e técnica em Portugal, Espanha, França, Suíça, Itália, Áustria, Alemanha, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holan-

da, Bélgica, Inglaterra, Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Nigéria, Estados Unidos, Bahamas e México. Na qualidade de Delegado da Câmara de Comércio Afro-Brasileira visitou a Nigéria, Guiné-Conacri e como Cônsul do Senegal fez visita oficial à Costa do Marfim, Senegal e Nigéria, onde foi recebido pelas mais altas autoridades daqueles países.

Fez mais de uma centena de cursos de especialização nos mais diversos campos de atividade econômica, participando também de inúmeros Seminários e Congressos que versaram sobre Turismo, Planejamento, Exportação e Importação. Além disso foi responsável por diversas conferências em vários municípios brasileiros, convidado por Prefeituras, Clubes de Serviços, Secretarias de Estado, onde discorreu sobre Planejamento.

Ainda em função do sucesso de seu desempenho profissional, recebeu inúmeras condecorações das quais citamos as principais:

- . Sociólogo do Ano: na cidade de Ponta Grossa em 1972, Título concedido pela Sociedade Nacional de Pesquisas/SENAP;

- . Sociólogo do Ano: em Curitiba, concedido pela Sociedade Nacional de Pesquisas, SENAP, em 1975;

- . Melhor Planejador do Ano: São Paulo, concedido pelo Canal 7, em 1974;

- . Melhor Sociólogo do Ano: através do SENAP (Sociedade Nacional de Pesquisas), em 1975;

- . Planejador do Ano: em 1975 na cidade de Florianópolis, através dos órgãos de imprensa local;

- . Melhor Planejador do Ano do Estado do Paraná: em 1976 em Curitiba;

- . Melhor Planejador do Ano: cidade de Florianópolis, em 1977;

- . Administrador do Ano: em 1977, em Curitiba;

- . Planejador Turístico: em Curitiba;

- . Planejador Nacional do Ano de 1984: concedido pelo Jornal "Diário Popular";

- . Diplomata do Ano: através de pesquisas feitas pelo Jornal "Curitiba Shopping", em 1985;

- . Diplomata das Nações Exteriores: e, 1977, além de mais de uma dezena de condecorações outorgadas pelas Ordens estabelecidas no País.

A sua experiência e os seus conhecimentos foram registrados nas diversas publicações relacionadas à Planejamento, Turismo, Importação e Exportação, cuja autoria está sob sua responsabilidade.

No seu extenso "currículo", o qual apresentamos apenas um resumo mostrando os principais feitos e realizações, ressalta-se também a Presidência em vários Clubes Sociais e de Serviços, tendo sido eleito vice-presidente (para a América do Sul e

América Central) do IPP-Parceria Internacional Privada, datada de 30 de julho de 1988 em Dakar.

Por tudo isso é que propomos o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a um paranaense, verdadeiro "Bicho do Paraná". Um homem que pautou em sua vida o desejo de planejar e desenvolver, contribuindo de forma significativa para o progresso dos municípios do Paraná, bem como do Brasil. Um homem que em sua humildade de cidadão brasileiro, em sua vontade de vencer com garra e convicção nunca poupou esforços no sentido de acrescentar mais conhecimentos em sua carreira profissional.

Assim sendo, aprofundou-se na arte do Turismo, Importação e Exportação, abrindo desta forma, grandes perspectivas para uma integração comercial, econômica e cultural entre o Brasil, e principalmente entre os países africanos.

Durante as duas décadas de desempenho profissional aparece ainda, coroamento de seus atos e ações, a carreira diplomática onde desenvolve um trabalho exemplar, pleiteando o relacionamento dos povos e dos consulados acreditados no Paraná. Em função deste propósito, foi eleito e reeleito Presidente da Sociedade Consular do Estado do Paraná.

Consciente de que este resumo bem demonstra o valor, a capacidade e o desprendimento desse valoroso jovem é que proponho esta homenagem justa, como reconhecimento ao trabalho e dedicação oferecido por Oziel Moura dos Santos, à nação brasileira.

Um verdadeiro filho da Terra dos Pinheirais!

PROJETO DE LEI N° 460/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE E EDUCACIONAL DE REALEZA, com sede e foro à Rua Presidente Roosevelt n° 3075, no Município de Realeza, no Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente e Educacional da Assembléia de Deus de Realeza, fundada em 20 de setembro de 1988, no Município de Realeza - PR, objetiva a prestação de assistência social e moral independente de credo, raça, ideologia política, a adultos e crianças, através de orientação familiar, educacional embasados na promoção de atividades profissionalizantes, culturais

e intelectuais na busca de melhor qualidade de vida.

Embora o escopo dessa Sociedade Beneficente e Educacional seja de altruísmo ímpar, vê-se, a mesma, sem condições econômico-financeiras de levar a bom termo os seus ideais, pelo que submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, encarecendo a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 461/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituída, na forma do artigo 21, da Constituição do Estado, a Região Metropolitana de Pato Branco.

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Pato Branco constitui-se dos Municípios de Pato Branco, Mariópolis, Vitorino, São João, Itapejara D'Oeste, Clevelândia, Coronel Vivida, Chopinzinho, Sulina, Mangueirinha e Palmas.

Art. 2° - Nomear-se-á na Região Metropolitana um Conselho Deliberativo, presidido pelo Governador do Estado, e um Conselho Consultivo, criado por Lei Estadual.

§ 1° - O Conselho Deliberativo contará em sua composição, além do Presidente, com cinco (05) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, um dos quais será o Secretário Geral do Conselho, todos nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplíce organizada pelo Prefeito da Sede e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2° - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3° - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3° - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo Único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio,

venham a ser estabelecidos.

Art. 4° - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5° - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistema viário;

V - Urbanismo e habitação popular;

VI - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

VII - Outros serviços que vierem a incluir-se na área de competência do Conselho Deliberativo.

Art. 6° - Os municípios da Região Metropolitana que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

Art. 7° - O prazo para instalação é de 6 (seis) meses.

Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela deriva do art. 21 da Constituição Estadual e inspira-se na experiência protagonizada pela União, que estabeleceu a Região Metropolitana de Curitiba.

A iniciativa, concretamente, pretende viabilizar o desenvolvimento harmônico e integrado dos municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná, de crescente densidade populacional e franco progresso econômico, uniformizando as ações administrativas consentâneas às organizações das populações urbanas.

Objetiva ordenar a tarefa de minimizar os efeitos da acentuada expansão urbana, responsável pelos decréscimos da qualidade de vida, geradores dos desconfortáveis índices de miséria que vêm solapando, indiscriminadamente, toda a Nação.

PROJETO DE LEI N° 462/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública o GRUPO DE ESTUDOS ESPELEOLÓGICOS DO PARANÁ-AÇUNGUI, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

Como entidade sem fins lucrativos, o GEEP - Açungui, filiado a Sociedade Brasileira de Espeleologia, desde sua origem em 1986 vem desenvolvendo um trabalho de levantamento, pesquisa científica, divulgação e preservação das cavernas naturais e seu eterno físico, reunindo pessoas e entidades interessadas nas ciências correlatas à espeleologia.

No intuito de divulgação da própria espeleologia e de preservação do patrimônio espeleológico, o GEEP - Açungui vem atuando na área de educação ambiental, organizando e ministrando cursos, palestras e simpósios a nível nacional e estadual, na preservação do Patrimônio Espeleológico Nacional, e principalmente no cadastramento das cavernas paranaenses registrando, desde sua criação, 255 cavernas só no Estado do Paraná.

O relatório de atividades e demais documentos que acompanham a proposição demonstra a importância deste trabalho e a real contribuição que o mesmo vem prestando à sociedade, atendendo assim perfeitamente a todas as exigências e formalidades legais para a declaração de sua utilidade pública por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Tendo em vista o ato da Presidência, nº 0590, solicito aos Líderes de Bancada que procedam à indicação dos Senhores Deputados para compor a referida Comissão de Inquérito:

PMDB - 2

PSDB - 1

PFL, PDT, PRN, PTB, cada um, com um Deputado.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo. Concedo à palavra ao Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, só gostaria de registrar que nós estamos encaminhando um requerimento para que conste nos Anais desta Casa um voto de pesar pelo falecimento do nosso Senador, que compunha a Bancada do PSDB no Senado, Afonso Arinos.

Homem que honrou o Parlamento brasileiro; Constituinte em 1946; Constituinte em 1988. Foi uma das mais expressivas lideranças.

Em todos os projetos de importância nós destacamos aquele que deu o direito de voto ao jovem aos 16 anos.

Nós registramos nesta Casa para que não passe despercebido por este Parlamento o passamento de um homem que tanto fez pelo Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando nós chegamos nesta Casa, em 1987, constatamos no desencontro de informações uma característica do Governo do PMDB de Álvaro Dias.

O que nos apontava isto, naquela época, era a contradição entre o que dizia o recém-empossado Secretário das Finanças, Luis Carlos Hauly, e o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos.

Hauly dizia que o Estado poderia falir em três meses. Não faliu! João Elísio garantia que deixara tudo em ordem. Alguns dias depois, o próprio Diário Oficial do Estado comprovava a contradição: abertura de sete créditos suplementares ao orçamento; por excesso de arrecadação.

Três anos depois, a história se repete.

Muito embora a assistência social não seja função latente da Assembléia Legislativa, pela dimensão do problema social brasileiro e pela falha na política social do Governo, diariamente a Assembléia dá lugar a uma peregrinação de paranaenses pobres, implorando aos Deputados um auxí-

lio para operação, internamento, cadeira de rodas, aparelho de surdez, próteses, etc. Quando do início do atual Governo e criação da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, houve a declaração de que a partir daquele momento, toda a política de ação social do Estado seria centralizada naquele Órgão.

Criou-se, então e inclusive, um sistema através do qual os Deputados Estaduais encaminhavam as solicitações de benefícios à FASPAR. A alegação, sempre a mesma: não há dotação orçamentária que viabilize o pleito.

Entretanto, a contradição aparece estampada nas páginas discretas do Diário Oficial do Estado, o Governador do Estado, por decreto, no dia 02 de agosto, abre um crédito suplementar no orçamento da FASPAR (Fundação de Ação Social do Paraná) de Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Fundação de Ação Social do Paraná, resultantes da transferência de recursos do Serviço de Loterias do Estado do Paraná, SERLOPAR.

Diante disto e do claro confronto de informações, estou encaminhando, nesta data, para ser apreciado pelo Plenário, dois pedidos de informações: um à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e outro à Secretaria de Estado da Justiça, pedindo esclarecimentos sobre os fatos.

São as seguintes as informações solicitadas e as razões:

01. Onde serão aplicados e obedecendo a quais critérios os recursos repassados à FASPAR (Fundação de Ação Social do Estado do Paraná) através do Decreto 7186, de 02 de agosto próximo passado?

02. Anteriormente a este, houve outras aberturas de crédito ao orçamento da FASPAR?

2.1. Quando? Quais os valores e distribuídos segundo quais critérios?

03. Os pedidos de benefícios para paranaenses carentes, encaminhados à FASPAR, serão atendidos com os recursos destinados pela LOTOPAR?

04. De que forma têm sido distribuídos estes benefícios? Quantas solicitações, partidas da Assembléia Legislativa, foram atendidas (citando nome dos Deputados contemplados, benefício e datas)?

05. Qual a forma adotada pela FASPAR para recebimento de solicitações de benefícios para paranaenses carentes (cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, próteses, etc.) e como eles têm sido atendidos? (Citar valores e números de atendimentos).

Consoante dispõe a Constituição do Estado do Paraná e também a Federal, a função fiscalizadora na administração pública é atribuição legítima do Poder Legislativo.

Muito embora a assistência social não seja função latente da Assembléia, repito pela dimensão do problema social em nosso País e pela falha na política de ação social do Governo, diariamente estamos nós aqui atendendo aqueles que batem nas portas dos nossos gabinetes.

Então, Senhor Presidente, nós fizemos este pedido de informações. Fizemos também um outro pedido de informações à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que nos desse a informação que desde a criação do Serviço de Loterias do Estado do Paraná, quanto o Estado arrecadou em recursos financeiros.

Onde estão os recursos, de que maneira foram aplicados e no que foram aplicados.

Quantas aberturas de crédito suplementar foram feitas para transferência de recursos da SERLOPAR? A quais Secretarias? Em que datas? Quais os valores? Para atender a quais programas?

Então, Senhor Presidente, nós queremos saber, afinal de contas havia a informação de que todo o atendimento social seria dado através da Fundação de Assistência Social do Paraná - FASPAR, lamentavelmente, isso não acontece, porque os nossos gabinetes, em especial o meu gabinete tem sido praticamente, tem estado praticamente lotado diariamente em função do atendimento, em função do pedido dessas pessoas e nós temos encaminhado os pedidos à FASPAR, lamentavelmente, não sei se aí o problema é político de que maneira se trata, o que é que está acontecendo. A verdade é que esta afirmação de que todo o problema social do Paraná passaria pela FASPAR e ela daria todo o atendimento, isso infelizmente não está acontecendo, é uma inverdade que o Governo está usando, inclusive na sua própria campanha, dizendo desse atendimento social.

Na verdade, a hora que fecharem os gabinetes dos Senhores Prefeitos, dos Senhores Deputados, dos Senhores Vereadores, nós vamos encontrar pelas ruas da cidade muita gente sofrendo, muita gente se debatendo em busca de algum recurso, porque nós temos certeza, batendo nas portas dos órgãos do Governo pouco vai encontrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se fará ude da palavra. (DECLINA)

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso da palavra. (DECLINA)

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à Ordem do dia.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoioamento.-

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoioamento dos Senhores Deputados Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 393/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 143/90), que dá nova redação aos artigos 2° e 4°, da Lei n° 9105 de 23 de outubro de 1989. (Remuneração do servidor público). Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 156/90, de autoria da Deputada Arialba Freire, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Centros Integrados de Educação Pública, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 230/90, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que cria o Município de Água Boa, com território desmembrado do Município de Paçandu, com sede e localidade do mesmo nome, com as divisas do Distrito Administrativo criado pela Lei n° 5161/90, de 21 de junho de 1965. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 375/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria o Município de Novo Sarandi, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Toledo, com sede na localidade do mesmo nome, com

as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 412/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública o Curitiba Woman's Club, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 094/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Rio Bonito. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 098/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 099/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamirim. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 396/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Jardim Paulista, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 157/88, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que institui as Escolas Públicas Estaduais de 1° Grau, o ensino obrigatório das disciplinas de História e Geografia do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 54, de 08.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 157/88

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Rafael

Greca de Macedo é de, através do projeto de lei em exame, instituir obrigatoriedade das disciplinas de História e Geografia do Paraná, nas Escolas Estaduais de 1º Grau.

O que se objetiva com isto, é proporcionar às crianças a oportunidade de compreender e conhecer seu próprio Estado. Também sua estrutura, suas terras, seu povo, enfim, toda sua história.

Tal proposta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental, não existindo qualquer impedimento a seu trâmite.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI N° 157/88

PARECER:

Através do Projeto de Lei n° 157/88, o nobre Deputado Rafael Greca de Macedo pretende instituir obrigatoriedade das disciplinas de História e Geografia do Paraná, nas Escolas Estaduais de 1º Grau.

Sobre a matéria houve o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Educação chamada a opinar sobre o mérito, temos que, a obrigatoriedade de tais matérias irá proporcionar às crianças um conhecimento maior e detalhado sobre o seu Estado.

A inclusão destas disciplinas, nas Escolas de 1º grau, trará, sem dúvidas, uma visão ampla sobre a nossa terra, proporcionando as crianças à compreensão do meio cultural, político e social.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 183/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o título de Cidadã Honraria do Paraná a Senhora NELY LÍDIA VALENTE DE ALMEIDA. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 29, de 28.03.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

213/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná", com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 278/90, de autoria do Deputado Werner Wandlerer, fica o Poder Executivo, autorizado a estadualizar o Colégio Cecília Meireles, de 2º grau sediado em Tupãssi, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 47 de 03.05.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 353/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública o Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 72 de 18.06.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 401/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que denomina "Ulisses Viganó", a Rodovia que liga o Município de Marmeleiro à Campo-Erê / SC. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86 de 06.08.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 418/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a proceder estudos para a preservação do Museu David Carneiro. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90 de 13.08.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 421/90, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Organização Feminina Wizo do Paraná, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90 de 13.08.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 422/90, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Transplante de Medula Óssea Alírio Pfiffer, com sede nesta Capital. (Publ. no D.A. n° 90 de 13.08.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 422/90, bem como sua anexação ao Projeto de Lei n° 333/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 422/90.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 427/90, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que dá nova denominação à Escola Barão do Rio Branco, em Pirai do Sul, Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 428/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Pró-Circulação", conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 429/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cafezal", conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 437/90, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Paulo Viriato Corrêa da Costa. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 20.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 442/90, de autoria do Deputado Raul Lopes, que reconhece como entidade de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia - APECO, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 95 de 21.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 088/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização do plebiscito na área que especifica no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Jardim Paulista. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86 de 06.08.90).

O SR. RUBENS BUENO (Questão de Ordem) - A Ordem do Dia constante de vinte e quatro itens não consta a Emenda Substitutiva de Plenário do Projeto n° 219/90, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ontem ainda constava na Ordem do Dia e nós da Bancada do PSDB gostaríamos de registrar aqui o protesto da Bancada em virtude da ausência desse projeto de suma importância para o Estado do Paraná, para o Parlamento, que deverá ser votado com a máxima urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que a matéria é de alta indagação e tomou a liberdade de remetê-lo à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação do Substitutivo de Vossa Excelência.

Tão logo volte as nossas mãos nós retornaremos à Ordem do Dia, a tempo ainda de se votar o Orçamento.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de n° 2092, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2099, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2112, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2110, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2103, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2108, 2109, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2115, 2114, 2113, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2125, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2096, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2097, 2098, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2101, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2104, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2106, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2116, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2118, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2119, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, cons-

tante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2120, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2107, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicitaria a Vossa Excelência que determinasse ao 2° Secretário que anotasse os nomes dos Deputados presentes para que fique constando da Ata do dia e se for o caso até, na chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A anotação dos Deputados é automática. A ausência é fixada em Ata.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes de encerrar a Sessão, gostaria de encarecer a Vossa Excelência a publicação no Diário da Assembléia do desconto dos Deputados faltosos ao esforço concentrado na última semana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode ficar tranqüilo que se fará o desconto, conforme determinação da Presidência.

O SR. RUBENS BUENO - E publicado no Diário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai publicado no contracheque.

O SR. RUBENS BUENO - Mas seria bom, eu acho que transparentemente, Senhor Presidente, através do Diário da Assembléia, porque seria importante para a população acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 201/86, 157/88, 183/90, 213/90, 278/90, 353/90, 401/90, 418/90, 421/90, 427/90, 428/90, 429/90, 437/90, 442/90 e do Projeto de Resolução n° 88/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 413/90, 438/90, 439/90, 440/90, 441/90, 455/90 e do Projeto de Resolução n° 96/90.

Levanta-se a sessão.